

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO – COMO PREVENIR DOENÇAS GENÉTICAS

Marcello Valle

Para alguns casais, gerar uma criança é uma decisão ética. Alguns são portadores de doenças genéticas e temem que seus filhos sofram do mesmo problema. São problemas como hemofilia, distrofia muscular, anemia falciforme e alterações ligadas ao fator Rh. Entretanto, há uma técnica que permite gerar bebês saudáveis. Trata-se do Diagnóstico Genético Pré-Implantação (ou PGD).

Essa técnica foi desenvolvida há uma década por pesquisadores londrinos e não foi bem recebida de imediato, pois criava impasses éticos. Via-se no PGD uma maneira de os pais controlarem o perfil genético e escolherem o sexo do futuro bebê.

Hoje, o PGD é totalmente aceito, inclusive no Brasil, e é uma forma precoce de diagnóstico pré-natal. É feito por meio de uma biópsia do embrião no seu terceiro dia de vida para detectar possíveis doenças. É um procedimento tecnicamente desafiador, que exige um bom entendimento de embriologia e biologia molecular.

O PGD associa métodos aplicados em reprodução assistida às técnicas de investigação genética. A biópsia do embrião inicial (entre seis e dez células) permite o estudo genético de uma única célula, possibilitando a transferência de embriões normais para as características testadas.

No Brasil, o Código de Ética do Conselho Federal de Medicina não permite a seleção sexual do embrião. Entretanto, especificamente no caso de haver doença genética ligada ao sexo (como hemofilia), é possível identificar os embriões masculinos e femininos, transferindo apenas o sexo que não tem possibilidade de ter a doença. O PGD é também indicado em casos de gravidez tardia, em especial nas gestantes acima de 35 anos. Quanto maior a idade, mais chance de dar à luz bebês com problema genéticos e de sofrer aborto espontâneo.

1. "Para alguns casais, gerar uma criança é uma decisão ética"; a forma de reescrever-se essa frase com alteração de seu sentido é:
 - (A) Para alguns casais, é uma decisão ética gerar uma criança;
 - (B) Gerar uma criança, para alguns casais, é uma decisão ética;
 - (C) É uma decisão ética, para alguns casais, gerar uma criança;
 - (D) É uma decisão ética gerar uma criança para alguns casais;
 - (E) Gerar uma criança é uma decisão ética, para alguns casais.
2. Se a decisão é "ética" ele interfere com valores:
 - (A) econômicos;
 - (B) políticos;
 - (C) morais;
 - (D) religiosos;
 - (E) sociais.

3. "Essa técnica foi desenvolvida há uma década por pesquisadores londrinos e não foi bem recebida de imediato, pois criava impasses éticos. Via-se no PGD uma maneira de os pais controlarem o perfil genético e escolherem o sexo do futuro bebê"; o comentário INCORRETO sobre esse segmento do texto é:
 - (A) a técnica aludida é a do PGD;
 - (B) a técnica vem sendo desenvolvida por dez anos;
 - (C) o impasse ético aludido é o do controle genético;
 - (D) escolher o sexo do futuro bebê não é visto como um fato positivo;
 - (E) a técnica do PGD demorou um pouco a ser aceita.
4. O PGD é "uma forma precoce de diagnóstico pré-natal"; isso significa que o PGD:
 - (A) ainda não está totalmente desenvolvido;
 - (B) identifica bem cedo problemas do embrião;
 - (C) é feito com a finalidade de antecipar o nascimento do bebê;
 - (D) indica problemas do bebê pouco antes do nascimento;
 - (E) alerta para o caso de o bebê nascer antes do momento previsto.
5. "É um procedimento tecnicamente desafiador"; esta afirmação se justifica porque:
 - (A) o PGD exige bom preparo dos profissionais;
 - (B) é um procedimento ainda bastante novo;
 - (C) se trata de um procedimento não totalmente conhecido;
 - (D) a técnica deve ser adquirida em tempo recorde;
 - (E) o PGD é realizado com risco de morte da paciente grávida.
6. "o Código de Ética do Conselho Federal de Medicina não permite a seleção sexual do embrião"; a forma em negrito equivale à forma "proibe". A alternativa em que a equivalência apontada está ERRADA é:
 - (A) não trabalha aos domingos = descansa aos domingos;
 - (B) não aceita trabalho pesado = recusa trabalho pesado;
 - (C) não intervém na briga = participa da briga;
 - (D) não falou diante do juiz = emudeceu diante do juiz;
 - (E) não sabe a verdade = ignora a verdade.
7. "aborto espontâneo", referido na última linha do texto, é aquele que:
 - (A) ocorre sem que tenha sido provocado;
 - (B) é causado por medicamentos específicos;
 - (C) é fruto da vontade da gestante;
 - (D) acontece em casos de perigo de vida para a gestante;
 - (E) é provocado exclusivamente pelo próprio embrião.

8. "espontâneo" é palavra grafada com S; a alternativa abaixo que mostra uma palavra erradamente grafada é:
- (A) misto;
 - (B) sesta;
 - (C) estender;
 - (D) esplêndido;
 - (E) estinguir.
9. O principal objetivo deste texto deve ser:
- (A) causar interesse nos leitores pela seleção do sexo dos bebês;
 - (B) criticar certas posições retrógradadas de nossas autoridades médicas;
 - (C) informar os leitores sobre questões médicas;
 - (D) analisar questões sobre o ponto de vista social;
 - (E) provocar suspense por meio de ocultamento de dados.
10. "Hoje o PGD é totalmente aceito, inclusive no Brasil"; esta frase significa que o PGD é aceito:
- (A) em todos os países, até mesmo no Brasil;
 - (B) sem restrições, mesmo no Brasil;
 - (C) em todos os lugares, exceto no Brasil;
 - (D) de forma ampla e em todos os países, até no Brasil;
 - (E) no Brasil, mesmo que não totalmente.

GESTÃO PÚBLICA

11. O Programa de Qualidade no Serviço Público, em vigor no âmbito da Administração Pública Federal, tem entre seus objetivos:
- (A) a redução da taxa básica de juros;
 - (B) transformar as organizações, procurando envolvê-las com a cidadania e não apenas com seus processos burocráticos internos;
 - (C) a estabilidade cambial;
 - (D) a contenção da inflação;
 - (E) impedir a ocorrência de *déficit* na conta "Serviços".
12. Assinale a assertiva correta:
- (A) a licitação destina-se a garantir a isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública;
 - (B) a licitação será processada e julgada com observância de critérios próprios, não carecendo observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e vinculação ao instrumento convocatório;
 - (C) leilão não é uma modalidade de licitação;
 - (D) a licitação será sempre sigilosa, salvo quanto ao conteúdo das propostas até a respectiva abertura;
 - (E) as obras, serviços e compras da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, independem de licitação, excetuadas as hipóteses legalmente previstas.
13. Assinale a assertiva correta:
- (A) para a realização de compras pela Administração Pública é vedada a adequada caracterização de seu objeto;
 - (B) é indispensável a licitação nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem;
 - (C) é indispensável a licitação para contratação de impressão de edições técnicas oficiais quando esta atividade for realizada por órgão ou entidade que integre a Administração Pública criado para esse fim específico;
 - (D) o julgamento das propostas apresentadas pelos licitantes será objetivo e respeitará os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório;
 - (E) o administrador público pode estabelecer e adotar outros tipos de licitação além daqueles previstos na Lei federal n.º 8.666/93, desde que justificadamente demonstrada a pertinência e a adequação à realidade local.
14. Considerando as disposições constantes no regime jurídico dos servidores públicos civis da União e de suas autarquias e fundações, instituído pela Lei federal n.º 8.112/90, é correto afirmar:
- (A) o servidor perceberá a remuneração do dia em que faltar ao serviço sem motivo justificado;
 - (B) a existência de concurso anterior cujo prazo de validade não expirou não impede a abertura de novo concurso público;
 - (C) a posse em cargo público independe de prévia inspeção médica oficial;
 - (D) o ocupante de cargo em comissão ou função de confiança submete-se ao regime de parcial dedicação ao serviço, não podendo ser convocado sempre que houver interesse da Administração;
 - (E) cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.
15. Considerando as disposições constantes no regime jurídico dos servidores públicos civis da União e de suas autarquias e fundações, instituído pela Lei federal n.º 8.112/90, é correto afirmar:
- (A) além do vencimento, nada mais poderá ser pago ao servidor;
 - (B) não será computado para efeito de aposentadoria o tempo de serviço prestado às Forças Armadas;
 - (C) poderá ser concedida ao servidor licença por motivo de doença em pessoa da família;
 - (D) a acumulação de quaisquer cargos públicos é constitucionalmente permitida;
 - (E) o servidor é inimputável civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.
16. De acordo com o regime jurídico dos servidores públicos civis da União e de suas autarquias e fundações, instituído pela Lei federal n.º 8.112/90, no ato da posse:
- (A) o servidor comprovará a exoneração de seu antecessor;
 - (B) dar-se-á a vacância do cargo;
 - (C) encerrar-se-á a validade do concurso público;
 - (D) prorrogar-se-á, automaticamente, a validade do concurso público;
 - (E) o servidor apresentará declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.
17. Dentre as assertivas abaixo apenas uma é falsa. Identifique-a:
- (A) o Código de Conduta da Alta Administração Federal estabelece hipóteses e critérios objetivos de ressarcimento ao Erário por danos causados por ato ou omissão de agente público;
 - (B) o Código de Conduta da Alta Administração Federal aplica-se aos Ministros e Secretários de Estado, aos presidentes e diretores de autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista;
 - (C) as alterações relevantes no patrimônio da autoridade pública deverão ser imediatamente comunicadas à Comissão de Ética Pública;
 - (D) o Código de Conduta da Alta Administração Federal tem por finalidade tornar claras as regras éticas de conduta das autoridades da Alta Administração Pública Federal, para que a sociedade possa aferir a integridade e a lisura do processo decisório governamental;
 - (E) as autoridades públicas que violarem normas do Código de Conduta da Alta Administração Federal poderão sofrer advertência ou censura ética, sanções estas aplicáveis pela Comissão de Ética Pública.

18. Com relação à Reforma da Administração Pública proposta em 1995, é correto afirmar que:

- I. teve como antecedentes a grande crise dos anos 80 e a globalização da economia;
- II. teve como objetivos facilitar o ajuste fiscal e tornar mais eficiente e moderna a Administração Pública, voltando-a para o atendimento ao cidadão;
- III. buscava implementar o que ficou conhecido como administração pública gerencial, que vinha suceder a denominada administração pública burocrática;
- IV. identificava três formas de propriedade: a pública estatal, a pública não estatal e a privada;
- V. o núcleo estratégico é o setor do Estado onde são definidas as leis e as políticas públicas.

Assinale:

- (A) apenas I, III e V são corretas;
- (B) todas são corretas;
- (C) apenas III e IV são corretas;
- (D) apenas I, II e III são corretas;
- (E) apenas as assertivas II, III e V são corretas.

19. Sobre a Reforma da Administração Pública, proposta em 1995 NÃO é correto afirmar que:

- (A) a crise que se desencadeou em 1979, com o segundo choque do petróleo, pode ser vista sob vários ângulos: a perda de capacidade do Estado de coordenar o sistema econômico, a crise no modo de intervenção do Estado, uma crise da forma burocrática pela qual o Estado era administrado;
- (B) a reforma da Administração Pública viabilizaria o ajuste fiscal por meio da exoneração de funcionários por excesso de quadros, da definição clara do teto remuneratório dos servidores e da modificação do sistema de aposentadorias;
- (C) o objetivo da reforma era construir um Estado onde só seriam necessários quatro Ministérios: o da Justiça, o da Defesa, o da Fazenda e o das Relações Exteriores;
- (D) a regulação e a intervenção do Estado continuam necessárias na educação, na saúde, na cultura, no desenvolvimento tecnológico, nos investimentos em infraestrutura, entretanto, com o objetivo precípua de induzir a economia nacional a tornar-se internacionalmente competitiva;
- (E) a proposta de reforma partia da existência de quatro setores dentro do Estado: o núcleo estratégico do Estado, as atividades exclusivas de Estado, os serviços não exclusivos ou competitivos, a produção de bens e serviços para o mercado.

20. Assinale a alternativa correta:

- (A) pregão não é uma modalidade de licitação;
- (B) o pregão destina-se à aquisição de bens onde a subjetividade seja o critério preponderante em sua escolha e definição;
- (C) a função de pregoeiro jamais poderá ser exercida por militar;

- (D) caberá ao pregoeiro coordenar o processo licitatório e dirigir a etapa de lances;
- (E) no pregão inexistente a verificação de habilitação dos licitantes.

21. Um governo incorre em *déficit* nominal quando:

- (A) gastos totais são maiores do que receitas totais;
- (B) gastos totais são menores do que receitas totais;
- (C) gastos não financeiros superam as receitas não financeiras;
- (D) receitas não financeiras superam os gastos não financeiros;
- (E) o serviço da dívida supera o valor total dos investimentos.

22. O orçamento é um instrumento:

- I. de planejamento das ações governamentais;
- II. de controle das despesas e receitas governamentais;
- III. criado com o movimento da Nova Administração Pública.

Assinale:

- (A) apenas I e III estão corretas;
- (B) apenas I e II estão corretas;
- (C) apenas II e III estão corretas;
- (D) apenas I está correta;
- (E) apenas II está correta;

23. É uma característica da administração pública gerencial:

- (A) ser auto-referente;
- (B) exteriorizar o poder do Estado sobre os cidadãos;
- (C) ser orientada para o cidadão e para a obtenção de resultados;
- (D) manter clara e rígida definição de funções, atribuições e linhas hierárquicas;
- (E) ser concentrada nos processos internos.

24. O principal objetivo do gerencialismo puro é a:

- (A) retomada dos valores da escola das relações humanas;
- (B) centralização;
- (C) valorização do modelo burocrático weberiano;
- (D) busca da eficiência;
- (E) estrita observância das normas e procedimentos.

25. São características do modelo burocrático weberiano:

- (A) hierarquia e descrição clara de processos, cargos e atribuições;
- (B) o estudo de tempos e movimentos e a busca de "one best way";
- (C) a sociometria e a motivação;
- (D) descrição do processo de tomada de decisão, sua dinâmica e variáveis que o influenciam;
- (E) classificar as organizações e sua interação com o ambiente.

26. Considerando o Programa de Qualidade no Serviço Público, em vigor no âmbito do governo federal, assinale a única assertiva que NÃO corresponde a um fundamento de um modelo de excelência em gestão pública:

- (A) legalidade;
- (B) gestão participativa;
- (C) valorização das pessoas;
- (D) inovação;
- (E) redução de custos.

27. O Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, em vigor no âmbito do governo federal, deve formular e implementar medidas que objetivem:

- (A) eliminar o déficit primário;
- (B) promover o governo;
- (C) assegurar a eficácia e efetividade da ação governamental;
- (D) a moralização da Administração Pública;
- (E) a redução do tamanho do Estado.

28. Assinale a alternativa correta:

- (A) em um pregão, um licitante poderá oferecer lance superior a outro por ele ofertado anteriormente e já registrado pelo sistema;
- (B) o pregão, na forma eletrônica, é modalidade de licitação do tipo melhor técnica;
- (C) não será permitida a participação de consórcios em pregão;
- (D) no pregão não será exigida documentação relativa à qualificação técnica dos licitantes;
- (E) o pregão, na forma eletrônica, destina-se à aquisição de bens e serviços comuns.

29. Considerando as disposições da Lei federal n.º 8.666/93 – Lei das Licitações e Contratos Administrativos, assinale a alternativa correta:

- (A) não cabe recurso da aplicação, pela Administração Pública, da pena de advertência;
- (B) a recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, sujeita-o a penalidades;
- (C) a Administração Pública não pode rescindir um contrato unilateralmente;
- (D) pela inexecução total ou parcial de um contrato, a Administração Pública somente poderá aplicar penas de multa ou advertência;
- (E) não há qualquer infração às disposições da Lei federal n.º 8.666/93 que possa tipificar crime.

30. Considerando o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, analise as afirmativas a seguir:

- I. A moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da idéia de que o fim é sempre público;
- II. É dever fundamental do servidor público ser probo, leal e justo;
- III. É vedado ao servidor público o uso do cargo ou função para obter qualquer favorecimento para si ou para outrem.

Assinale:

- (A) apenas I está correta;
- (B) apenas II está correta;
- (C) apenas III está correta;
- (D) todas estão corretas;
- (E) apenas II e III estão corretas.

PROPRIEDADE INTELECTUAL COM ÊNFASE EM TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA E DIREITO AUTORAL

31. A Lei da Propriedade Industrial – lei nº 9279/96 estabelece que os contratos de licença e aqueles que implicam transferência de tecnologia devem ser averbados ou registrados no INPI para:
- (A) legitimar transferências de valores para o exterior;
 - (B) garantir efeito de validade de prova de uso;
 - (C) produzir efeitos perante terceiros;
 - (D) regular os fluxos de tecnologia para o país;
 - (E) permitir a dedução fiscal das importâncias pagas.
32. O INPI, por delegação de competência, averba ou registra os contratos de licenciamento de direitos de propriedade industrial e transferência de tecnologia para:
- (A) o cumprimento da legislação cambial e tributária;
 - (B) a expansão das exportações;
 - (C) a indexação de preços e salários;
 - (D) o fortalecimento do comércio de tecnologia entre os países;
 - (E) a estabilidade do balanço comercial do Brasil.
33. A atuação do INPI na análise dos contratos de tecnologia, franquia e de licenciamento de direitos de propriedade industrial observa, conforme Ato Normativo nº135/97, legislação relacionada à:
- (A) propriedade industrial unicamente;
 - (B) propriedade industrial, direito autoral e variedades vegetais;
 - (C) propriedade intelectual, remessas de valores, normas regulamentares sobre o imposto de renda, repressão ao abuso do poder econômico;
 - (D) propriedade intelectual unicamente;
 - (E) propriedade intelectual, tratados internacionais sobre relações de trabalho e proteção ao consumidor.
34. De acordo com a Lei nº9279/96 e o Ato Normativo nº135/97 temos os seguintes tipos de contratos:
- (A) Licença de Uso de Tecnologia, Aluguel de Equipamentos, Cessão de Direitos e Agenciamento de Compras;
 - (B) Licença de Exploração de Patentes, Franquia e Aluguel de Equipamentos;
 - (C) Licença de Uso de Programa de Computador, Licença de Uso de Marca, Venda e Locação de Direitos e Serviços Técnicos Especializados;
 - (D) Licença de Exploração de Patentes, Licença de Uso de Marcas, Fornecimento de Tecnologia, Prestação de Serviços de Assistência Técnica e Científica e Franquia;
 - (E) Licença de Exploração de Patentes, Licença de Uso de Marcas, Licença de Tecnologia, Serviços de Logística, Locação de Equipamentos e Franquia.
35. De acordo com o Ato Normativo nº135/97 é necessário que os contratos:
- (A) sejam redigidos de acordo com os modelos estabelecidos;
 - (B) estabeleçam regência da legislação brasileira;
 - (C) incluam cláusula de garantia frente a eventuais ações de terceiros;
 - (D) condicionem o uso de marcas;
 - (E) definam o objeto, a remuneração e o prazo de vigência.
36. O prazo de vigência dos contratos de licença de direitos de propriedade industrial não pode:
- (A) ser inferior ao prazo estipulado no artigo 12 da lei nº4131/62;
 - (B) ser superior à vigência dos direitos licenciados;
 - (C) ser idêntico ao prazo utilizado nos países desenvolvidos;
 - (D) ser determinado conforme a necessidade de capacitação das contratantes;
 - (E) ser passível de prorrogação por novo período.
37. O prazo máximo de dedução das despesas relativas aos contratos de fornecimento de tecnologia não amparada por direitos de propriedade industrial é estabelecido:
- (A) pela legislação de propriedade industrial;
 - (B) pelo Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes;
 - (C) pela legislação que reprime o abuso do poder econômico;
 - (D) pelo Acordo sobre Aspectos Comerciais de Direitos de Propriedade Intelectual;
 - (E) pela legislação que regula o capital estrangeiro e a remessa de valores para o exterior.
38. O prazo contratual de 5 (cinco) anos, usualmente aprovado pelo INPI para os contratos que implicam transferência de tecnologia, é respaldado:
- (A) nos limites de remessas para o exterior fixados pelo §único do artigo 50 da Lei nº 8383/91;
 - (B) no prazo de dedução fixado pelo §3º do artigo 12 da Lei nº4131/62;
 - (C) no prazo de prorrogação de vigência do registro fixado pelo artigo 108 da Lei nº 9279/96;
 - (D) nos prazos fixados pelos tratados internacionais;
 - (E) pelo processo de produção de mercadorias.
39. O limite máximo de dedução como despesa operacional das quantias devidas a título de "royalties" e assistência técnica é:
- (A) variável de acordo com os preços praticados no mercado;
 - (B) de cinco por cento da receita líquida das vendas do produto fabricado ou vendido;
 - (C) determinado caso a caso pela Secretaria da Receita Federal;
 - (D) de cinco por cento do lucro bruto das vendas do produto fabricado ou vendido;
 - (E) fixado de acordo com as despesas efetuadas pelas empresas cessionárias.

40. A remuneração dos contratos de Prestação de Serviços de Assistência Técnica e Científica deve sempre observar:
- (A) os limites estabelecidos pela Lei da Propriedade Industrial;
 - (B) o lucro líquido obtido com os serviços prestados;
 - (C) o número de técnicos envolvidos e suas diárias;
 - (D) a capacidade de endividamento do prestador dos serviços;
 - (E) as taxas relacionadas à produção ou a vendas.
41. A Lei 9 609/98, conhecida como a Lei do Software, estabelece que o regime de proteção à propriedade intelectual do programa de computador é:
- (A) o mesmo conferido às patentes de invenção e de modelo de utilidade;
 - (B) estabelecido pelas normas da concorrência desleal;
 - (C) regido pelo tratado da Convenção da União de Paris;
 - (D) o conferido às obras literárias pela legislação de direitos autorais e conexos vigentes no país;
 - (E) regido pelo tratado de Washington, relacionado aos circuitos integrados.
42. A proteção de que trata a Lei 9 609/98, Lei do Software:
- (A) depende de registro, pois é de natureza constitutiva de direitos;
 - (B) assegura a tutela dos direitos relativos ao programa de computador pelo prazo de 70 (setenta) anos, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao da divulgação do programa de computador;
 - (C) não contempla os estrangeiros domiciliados no exterior em países com os quais o Brasil tenha firmado acordo internacional em propriedade intelectual;
 - (D) é independente de registro;
 - (E) é registrável na Biblioteca Nacional, conforme Decreto nº 2 556/98.
43. Os direitos morais aplicáveis ao programa de computador são:
- (A) os mesmos estabelecidos como direitos patrimoniais;
 - (B) tal disposição não é aplicável para programa de computador;
 - (C) o de reivindicar a paternidade da obra assim como o de opor-se a alterações não-autorizadas, quando estas impliquem em deformação, mutilação ou outra modificação que prejudiquem a honra ou a reputação do autor;
 - (D) o de renunciar e alienar tais direitos;
 - (E) os direitos exclusivos do autor de utilizar, fruir e dispor de sua obra.
44. Uma pessoa foi contratada como estagiário no setor de pesquisa e desenvolvimento de uma firma cuja atividade é o desenvolvimento de programas de computador. Na vigência do contrato de trabalho o estagiário criou um programa de computador. Quem tem os direitos patrimoniais sobre tal programa?
- (A) o empregador, em decorrência do contrato de trabalho firmado entre a firma e o estagiário;
 - (B) o empregado, tendo em vista que ele é o autor do programa de computador;
 - (C) o empregado, uma vez que ele foi contratado como estagiário;
 - (D) o empregador e o empregado, uma vez que o empregador é co-autor do programa;
 - (E) o presidente da firma contratante, por ser a autoridade máxima da firma.
45. Os direitos patrimoniais sobre as derivações ou modificações tecnológicas, devidamente autorizadas, realizadas em um programa de computador pertencem:
- (A) ao titular do programa de computador original, sobre o qual foram efetuadas as derivações;
 - (B) ao titular do programa de computador que incorporou tais derivações;
 - (C) neste caso não há direitos patrimoniais envolvidos;
 - (D) ao autor do programa de computador que incorporou as derivações, mesmo que ele não seja o titular dos direitos patrimoniais desse programa;
 - (E) às lojas comerciais que vendem o programa de computador que incorporou as derivações.
46. O Instituto da Propriedade Industrial (INPI) é o órgão designado pelo Decreto 2 556/98 para registrar os programas de computador. Dentre os documentos necessários para o depósito, conforme estabelece a Resolução nº 58/98, deve-se apresentar o documento de cessão:
- (A) quando o autor do programa de computador for o depositante, ou seja, o titular dos direitos patrimoniais;
 - (B) quando o depositante, ou titular dos direitos patrimoniais, não for o autor do programa e não havendo vínculo empregatício ou de prestação de serviço entre eles;
 - (C) no caso de ser instituído procurador para representar o depositante ou titular dos direitos patrimoniais perante o INPI;
 - (D) sempre que houver vínculo empregatício ou de prestação de serviços entre o depositante, ou titular dos direitos patrimoniais, e o autor do programa;
 - (E) não é necessária a apresentação do documento de cessão.
47. O regime de guarda do programa de computador:
- (A) é obrigatoriamente sigiloso;
 - (B) é obrigatoriamente não sigiloso;
 - (C) pode ser sigiloso ou não, a critério do titular;
 - (D) não está contemplado na Lei 9 609/98, Lei do Software;
 - (E) está contemplado na Lei 9 610/98, lei dos direitos autorais.

48. A Lei 9 610/98, relativa aos direitos autorais, estabelece como NÃO sendo objeto de proteção como direito de autor, entre outros:

- (A) idéias, procedimentos, sistema, métodos, projetos ou conceitos matemáticos como tais;
- (B) as conferências, alocação, sermões e outras obras da mesma natureza;
- (C) as obras de desenho, pintura, gravura, escultura, litografia e arte cênica;
- (D) os textos de obras literárias, artísticas ou científicas;
- (E) as ilustrações, cartas geográficas e outras obras da mesma natureza.

49. Foi publicado texto ensinando como ajustar o motor de um automóvel. Esse texto:

- (A) é protegido pelo direito autoral, uma vez que é a expressão de uma idéia;
- (B) é protegido pelo direito da propriedade industrial através da patente, tendo em vista sua natureza técnica;
- (C) impede que terceiros ajustem o motor de seus automóveis de acordo com o ensinamento contido no texto;
- (D) impede que se escreva outro texto sobre a mesma matéria;
- (E) não é protegido por propriedade intelectual.

50. Acordos de sigilos são firmados entre partes no intuito de fornecer, reciprocamente, dados/informações relevantes para atender os seguintes objetivos, entre outros: preparar, montar e acompanhar processo para a proteção de propriedade intelectual. Além de acordarem em fornecer tais informações, as partes contratantes se comprometem a mantê-las em segredo, não reproduzindo e não divulgando a terceiros, nem as utilizando para outros fins diferentes dos estipulados no termo. Assim, a melhor ocasião para firmar tal acordo é:

- (A) durante o desenvolvimento do projeto;
- (B) antes de qualquer discussão sobre o estudo ou projeto de propriedade intelectual;
- (C) após a concessão da patente ou do registro;
- (D) a qualquer tempo da duração da proteção da patente ou do registro;
- (E) seis meses antes do término do prazo de proteção da patente ou do registro.